

ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE DE BRITTO  
BRUNO SAMPAIO FERREIRA DA SILVA  
MAÍRA NEURAUTER  
EDUARDO DE SOUZA FLORIANO

*Coordenadores*

# DIREITO MUNICIPAL

EM DEBATE

VOLUME 9

*Prefácio*  
FERNANDO DUEIRE

**FORUM**

Anne Karole Silva Fontenelle de Britto  
Bruno Sampaio Ferreira da Silva  
Maíra Neuraüter  
Eduardo de Souza Floriano  
*Coordenadores*

## DIREITO MUNICIPAL EM DEBATE

Volume 9

**Prefácio**  
*Fernando Dueire*

**Área específica**  
DIREITO MUNICIPAL.

**Áreas afins do livro**  
DIREITO PÚBLICO, DIREITO ADMINISTRATIVO,  
DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO,  
DIREITO DIGITAL, DIREITO URBANÍSTICO.

**Palavras-chave**  
DIREITO MUNICIPAL. MUNICÍPIOS.  
ADVOCACIA PÚBLICA.

**FORMATO:** 14,5 × 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 4442

A nona edição de *Direito Municipal em Debate* reúne onze textos, entre artigos e peças processuais, premiados no Concurso de Artigos, Pareceres e Peças Processuais do XIX Congresso Brasileiro de Procuradoras e Procuradores Municipais (CBPM), realizado em 2024.

Escritos por procuradores municipais de todo o país, os textos trazem visões sobre temas atuais e interligados que dominam o debate jurídico, tais como: inteligência artificial, Tema 1.234 do STF, Resolução nº 547/2024 do CNJ, além de questões jurídicas essenciais para a atuação dos municípios. Com teoria e prática unidas em análises objetivas e instigantes, a obra reforça a relevância da advocacia pública e oferece leitura indispensável para quem quer estar à frente no Direito Municipal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D598 Direito municipal em debate / Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, Bruno Sampaio Ferreira da Silva, Máira Neurauter, Eduardo de Souza Floriano (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 9.  
255p. 14,5x21,5cm  
v. 9

ISBN impresso 978-85-450-0976-4

ISBN digital 978-85-450-0975-7

1. Direito municipal. 2. Municípios. 3. Advocacia pública. I. Britto, Anne Karole Silva Fontenelle de. II. Silva, Bruno Sampaio Ferreira da. III. Neurauter, Máira. IV. Floriano, Eduardo de Souza. V. Título.

CDD: 342.2

CDU: 342.241

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRITTO, Anne Karole Silva Fontenelle de; SILVA, Bruno Sampaio Ferreira da; NEURAUTER, Máira; FLORIANO, Eduardo de Souza (coord.). *Direito municipal em debate*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 255p. ISBN 978-85-450-0976-4. v. 9.

#### **Anne Karole Silva Fontenelle de Britto**

Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM). Procuradora do Município de São Luís/MA. Conselheira Estadual da OAB/MA. Ex-presidente da APMSL – Associação dos Procuradores do Município de São Luís e Vice-presidente da ANPM biênios 2018/2021 e 2023/2025.

#### **Bruno Sampaio Ferreira da Silva**

Diretor de Eventos Científicos da ANPM. Procurador do Município do Recife. Atualmente, Chefe da Procuradoria Judicial. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pós-Graduado em Direito Público pela Faculdade Anhanguera. Ex-presidente da Associação dos Procuradores do Município do Recife – APMR.

#### **Eduardo de Souza Floriano**

Procurador Municipal de Juiz de Fora/MG. Atualmente exerce o cargo de Controlador Geral do Município de Juiz de Fora. É pós-graduado em Direito Público pela Universidade Newton Paiva e em Direito do Consumidor pela UFJF.

#### **Máira Neurauter**

Procuradora do Município de Campinas. Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense.

|                                                                                                                                              |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| PREFÁCIO                                                                                                                                     |    |
| <b>Fernando Dueire</b> .....                                                                                                                 | 15 |
|                                                                                                                                              |    |
| PROCURADORIA 4.0: ADAPTAÇÃO DA REDAÇÃO JURÍDICA<br>AO PROCESSAMENTO POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL                                              |    |
| <b>Eduardo Floriano, Cinara de Araújo Vila</b> .....                                                                                         | 19 |
| Resumo.....                                                                                                                                  | 19 |
| Palavras-chave.....                                                                                                                          | 19 |
| 1    Introdução.....                                                                                                                         | 20 |
| 1.1  Conceitos fundamentais de IA.....                                                                                                       | 20 |
| 1.2  Inteligência artificial e transformação jurídica.....                                                                                   | 22 |
| 1.3  O papel da IA nas Procuradorias.....                                                                                                    | 22 |
| 2    Recomendações para uma redação jurídica adaptada ao<br>processamento por inteligência artificial.....                                   | 23 |
| 2.1  Metadados e <i>tags</i> .....                                                                                                           | 23 |
| 2.2  Conectores lógicos.....                                                                                                                 | 24 |
| 2.3  Testes de leitura por IA.....                                                                                                           | 24 |
| 3    Rápida evolução da tecnologia e necessidade de atualização<br>constante.....                                                            | 25 |
| 4    Práticas exitosas do uso de IA por Procuradorias.....                                                                                   | 26 |
| 4.1  PAMPA TAGs + Tramitação Ágil.....                                                                                                       | 26 |
| 4.2  CredRank – classificação e ordenação dos devedores do<br>município do Rio de Janeiro.....                                               | 27 |
| 4.3  L.E.V.I – Legal Environment Virtual Intelligence.....                                                                                   | 29 |
| 5    Diretrizes para o uso de IA generativa na advocacia pública.....                                                                        | 30 |
| 6    Conclusão.....                                                                                                                          | 35 |
| Referências.....                                                                                                                             | 36 |
|                                                                                                                                              |    |
| PLANOS DIRETORES E O PLANEJAMENTO<br>DE GESTÃO DAS ÁREAS DE RISCO                                                                            |    |
| <b>Edson Quirino dos Santos</b> .....                                                                                                        | 39 |
| Introdução.....                                                                                                                              | 39 |
| 1    O contexto brasileiro: desafio diante das ocupações em áreas<br>de risco.....                                                           | 41 |
| 2    Crescimento das cidades.....                                                                                                            | 42 |
| 3    A Política Nacional de Defesa Civil.....                                                                                                | 44 |
| 4    Principais inovações atinentes ao planejamento decorrentes da<br>Lei nº 12608/12.....                                                   | 46 |
| 5    Áreas de risco, desastres e vulnerabilidade.....                                                                                        | 48 |
| 6    Gestão das áreas de risco.....                                                                                                          | 50 |
| 7    Plano diretor no contexto da gestão das áreas de risco.....                                                                             | 51 |
| Considerações finais.....                                                                                                                    | 53 |
| Referências.....                                                                                                                             | 53 |
|                                                                                                                                              |    |
| OS IMPACTOS DO JULGAMENTO DEFINITIVO DO<br>TEMA Nº 1.234 PELO STF NO DIREITO MUNICIPAL AO<br>RESSARCIMENTO EM FACE DA UNIÃO NO ÂMBITO DO SUS |    |
| <b>Fábio Silveira Rachelle, Felipe Leal Markusons, Thiago Klug Arjona</b> ..                                                                 | 57 |
| Introdução.....                                                                                                                              | 57 |
| 1    O modelo de estado federado como base teórica e prática do<br>sistema de repartição de competências no âmbito do SUS.....               | 58 |
| 1.1  O federalismo como movimento do constitucionalismo.....                                                                                 | 58 |

|     |                                                                                                                                      |    |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.2 | O federalismo como critério para repartição de competências dos entes no âmbito do SUS.....                                          | 59 |
| 2   | A competência da União para fornecimento de medicamentos para tratamento oncológico e para os integrantes do Grupo 1A da RENAME..... | 62 |
| 2.1 | Competência da União para financiamento de medicamentos para tratamento oncológico.....                                              | 62 |
| 2.2 | Competência da União para financiamento de medicamentos integrantes do Grupo 1A da RENAME.....                                       | 65 |
| 3   | O município como titular do direito ao ressarcimento em face da União.....                                                           | 66 |
| 4   | O julgamento definitivo do Tema nº 1.234/STF e seus efeitos no ressarcimento dos cofres municipais.....                              | 70 |
| 4.1 | Hipóteses de custeio integral pela União.....                                                                                        | 70 |
| 4.2 | Ressarcimento pela União em Ações na Justiça Estadual.....                                                                           | 73 |
| 4.3 | Ressarcimento para medicamentos oncológicos.....                                                                                     | 74 |
| 5   | A ideia de uma plataforma nacional: uma governança colaborativa.....                                                                 | 75 |
| 6   | Modulação dos efeitos da decisão.....                                                                                                | 76 |
| 7   | A edição da Súmula Vinculante nº 60.....                                                                                             | 77 |
|     | Conclusão.....                                                                                                                       | 78 |
|     | Referências.....                                                                                                                     | 79 |

**ADEQUAÇÃO DA TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DO USO DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

|                                                                 |                                                                                                          |     |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Janaina Leite Tavares, Livia Meira Toscano Pereira</b> ..... | 81                                                                                                       |     |
| 1                                                               | Introdução.....                                                                                          | 81  |
| 2                                                               | Regulamentação e regulação dos sistemas de IA no Brasil.....                                             | 85  |
| 3                                                               | Propostas de regimes de responsabilidade civil de reparação de danos ocasionados por sistemas de IA..... | 88  |
| 4                                                               | Regimes de responsabilidade civil do Estado no Brasil.....                                               | 97  |
| 5                                                               | Considerações finais.....                                                                                | 104 |

**O ADVOGADO PÚBLICO MUNICIPAL COMO INTÉRPRETE CONSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DA SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DE PETER HÄBERLE**

|                                            |                                                                                                                 |     |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Marcus Vinícius Lopes Pereira</b> ..... | 107                                                                                                             |     |
| 1                                          | Introdução.....                                                                                                 | 107 |
| 2                                          | Breve esboço histórico da advocacia pública nas constituições brasileiras.....                                  | 108 |
| 2.1                                        | Breves considerações acerca da importância da Constituição como diretriz máxima da efetivação dos direitos..... | 108 |
| 2.2                                        | Advocacia pública nas constituições brasileiras.....                                                            | 112 |
| 3                                          | O advogado público municipal como intérprete constitucional                                                     | 116 |
| 3.1                                        | A sociedade aberta dos intérpretes e o pensamento constitucional de Peter Häberle.....                          | 116 |
| 3.2                                        | O advogado público municipal como legítimo intérprete constitucional: possibilidades e casos concretos.....     | 121 |
| 4                                          | Conclusão.....                                                                                                  | 125 |
|                                            | Referências.....                                                                                                | 126 |

**SISTEMA DE JUSTIÇA – RESOLUÇÃO Nº 547/2024 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E ANÁLISE DE DADOS NO SETOR PÚBLICO**

|                                                                                               |                                                                |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Patrícia Ferreira Pomoceno, Vanessa Volpi Bellegard Palacios, Érico Germano Hack</b> ..... | 129                                                            |     |
| 1                                                                                             | Introdução.....                                                | 129 |
| 2                                                                                             | Sistema de justiça.....                                        | 130 |
| 2.1                                                                                           | Um novo olhar necessário sobre as estratégias de cobrança..... | 132 |
| 2.2                                                                                           | Conselho Nacional de Justiça e o Poder Regulamentar.....       | 133 |
| 2.3                                                                                           | O Tema nº 1.184 do Supremo Tribunal Federal.....               | 135 |

|     |                                                                                     |     |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4 | Resolução nº 547/2024 do CNJ e o Tema nº 1.184 do STF: uma análise comparativa..... | 135 |
| 3   | Análise de dados da Procuradoria Fiscal do Município de Curitiba .....              | 136 |
| 4   | Conclusão.....                                                                      | 142 |
|     | Referências .....                                                                   | 143 |

AS CONTRATAÇÕES COM RECURSOS DE FUNDOS ESPECIAIS ADMINISTRADOS POR EMPRESAS ESTATAIS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS: UM GARGALO PARA A CORRUPÇÃO SISTÊMICA?

|                                   |                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Rafael Elias Zanetti</b> ..... | 145                                                                                                                                             |     |
| 1                                 | Introdução.....                                                                                                                                 | 145 |
| 2                                 | Regime jurídico das empresas estatais e licitações .....                                                                                        | 147 |
| 3                                 | Função social da empresa estatal .....                                                                                                          | 149 |
| 4                                 | Do tratamento jurídico dos fundos especiais .....                                                                                               | 150 |
| 5                                 | Contratações com recursos de fundos especiais administrados por empresas estatais .....                                                         | 152 |
| 6                                 | Programa de integridade ( <i>compliance</i> ) na estatal prestadora de serviços.....                                                            | 154 |
| 7                                 | O gargalo normativo para instalação da corrupção em empresas estatais prestadoras de serviços públicos administradoras de fundos especiais..... | 157 |
| 8                                 | Considerações finais.....                                                                                                                       | 161 |
|                                   | Referências .....                                                                                                                               | 162 |

A SISTEMATIZAÇÃO NORMATIVA DAS ALTERNATIVAS EXTRAJUDICIAIS DE COBRANÇAS DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: EFEITOS ESTRUTURAIS, MATERIAIS E FORMAIS DECORRENTES DA RESOLUÇÃO Nº 547/2024 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

|                                     |                                                                                                                                                                                                |     |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Robson Soares de Souza</b> ..... | 167                                                                                                                                                                                            |     |
| 1                                   | Introdução.....                                                                                                                                                                                | 167 |
| 2                                   | Fases da constituição do crédito tributário e a atuação da Administração Tributária na sua cobrança.....                                                                                       | 175 |
| 2.1                                 | Os atos administrativos como meio de atuação da Administração Tributária .....                                                                                                                 | 175 |
| 2.2                                 | Atuação da Administração Tributária .....                                                                                                                                                      | 179 |
| 3                                   | O papel material da Administração Tributária e sua atuação conforme definição legal.....                                                                                                       | 182 |
| 4                                   | Sistematização normativa de cobranças extrajudiciais de débitos tributários: necessidade de adoção de medidas pelos Entes Federativos para manutenção da atividade fiscal e arrecadatória..... | 184 |
| 4.1                                 | Consequências estruturais, formais e materiais aferíveis com a edição da Resolução 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça .....                                                              | 185 |
| 4.2                                 | A responsabilidade da Administração Tributária relativa à adoção de medidas de cobranças extrajudiciais de débitos tributários.....                                                            | 189 |
| 4.3                                 | Sistematização normativa estrutural orgânica básica dos entes federativos relativa às resoluções pela via extrajudicial dos conflitos jurídicos tributários .....                              | 191 |
| 5                                   | Conclusão.....                                                                                                                                                                                 | 196 |
|                                     | Referências .....                                                                                                                                                                              | 197 |

PEÇA PROCESSUAL: SUSPENSÃO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL COM PEDIDO LIMINAR

|                          |                                              |     |
|--------------------------|----------------------------------------------|-----|
| <b>Caio Perona</b> ..... | 199                                          |     |
| 1                        | Síntese fática .....                         | 199 |
| 2                        | Cabimento e competência .....                | 201 |
| 3                        | Fundamentos.....                             | 203 |
| 3.1                      | Histórico do empreendimento minerário X..... | 203 |
| 3.2                      | Localização da mina X .....                  | 208 |

|     |                                                                                                                                        |     |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3 | Instalação de empreendimento minerário em área tombada sem prévio licenciamento ambiental. Evidentes indícios de prática delitiva..... | 210 |
| 4   | Conclusão.....                                                                                                                         | 216 |

PEÇA PROCESSUAL: AÇÃO DE RESSARCIMENTO

|                                                                              |                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fábio Silveira Rachelle, Felipe Leal Markusons, Thiago Klug Arjona ..</b> |                                                          | 219 |
| I                                                                            | Dos fatos.....                                           | 219 |
| II                                                                           | Da competência da Justiça Comum Federal.....             | 221 |
| III                                                                          | Da repartição de competências no âmbito do SUS.....      | 223 |
| IV                                                                           | Dos medicamentos para tratamento oncológico.....         | 224 |
| V                                                                            | Dos medicamentos do Grupo 1A.....                        | 227 |
| VI                                                                           | Do direito ao ressarcimento: legislação.....             | 228 |
| VII                                                                          | O ressarcimento na jurisprudência – Tema nº 793/STF..... | 228 |
| VIII                                                                         | Da orientação administrativa emanada pela União.....     | 230 |
| IX                                                                           | Da jurisprudência do egrégio TRF da 4ª Região.....       | 231 |
| X                                                                            | Dos pedidos.....                                         | 232 |

PEÇA PROCESSUAL: AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

|                                 |                                                                                                                                                                                              |     |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fernanda Gonsalves .....</b> |                                                                                                                                                                                              | 235 |
| 1                               | Cabimento.....                                                                                                                                                                               | 235 |
| 2                               | Do caos no sistema de distribuição de energia na Cidade X.....                                                                                                                               | 236 |
| 3                               | Afetação de serviços públicos municipais essenciais – unidades de saúde – unidades escolares – iluminação pública – sinalização semafórica – necessidade de imediato reestabelecimento ..... | 241 |
| 4                               | Do descumprimento pela Concessionária do Código de Defesa do Consumidor e da Resolução nº 1000/2021 da ANEEL – prazo para reestabelecimento do fornecimento.....                             | 243 |
| 5                               | Tutela de Urgência – reestabelecimento imediato do fornecimento de energia elétrica e plano de contingência .....                                                                            | 246 |
| 6                               | Danos morais coletivos.....                                                                                                                                                                  | 247 |
| 7                               | Conclusão.....                                                                                                                                                                               | 249 |

|                        |     |
|------------------------|-----|
| SOBRE OS AUTORES ..... | 251 |
|------------------------|-----|

|                     |     |
|---------------------|-----|
| COORDENADORES ..... | 255 |
|---------------------|-----|

**Caio Costa Perona**

Procurador do Município de Belo Horizonte. Procuradoria-Geral do Município – PGM. Avenida Afonso Pena, n. 1.212, 4º Andar | 3277-4075

**Cinara de Araújo Vila**

Procuradora do Município de Novo Hamburgo. Mestre em Indústria Criativa. Especialista pelo IBET. MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades, e Especialista pela The University of Akron, Ohio. Atualmente, atua como Coordenadora de Inovação na Escola Superior de Direito Municipal (ESDM). Recentemente, participou do programa Women in GovTech Challenge 2023-2024, uma iniciativa que visa capacitar mulheres na criação e no desenvolvimento de serviços digitais centrados no cidadão.

**Edson Quirino dos Santos**

Procurador do Município de Guarulhos/SP. Especialização em Gestão Pública (UNIFESP). Especialização – MBA em Gestão e Tecnologias Ambientais (Poli-USP). Mestre em Direito (UNIMES) e Mestre em Políticas Públicas (UFABC). Doutorando em Planejamento e Gestão do Território (UFABC).

**Eduardo de Souza Floriano**

Procurador Municipal, atualmente exercendo o cargo de Controlador-Geral do Município de Juiz de Fora. Pós-graduação em Direito Público pela Universidade Newton Paiva e em Direito do Consumidor pela UFJF.

**Érico Germano Hack**

Doutor e Mestre em Direito pela PUCPR. Procurador do Município de Curitiba. Representante do Fisco no Conselho Municipal de Contribuintes de Curitiba. Coordenador de Grandes Devedores e Análise de Dados da Procuradoria Fiscal da PGM-Curitiba. Ex-Professor Titular de Direito Tributário da UNIOPET. Professor de graduação e pós-graduação em cursos presenciais e EAD. Email: [ehack@curitiba.pr.gov.br](mailto:ehack@curitiba.pr.gov.br)

**Fábio Silveira Rachelle**

Procurador do Município de Novo Hamburgo/RS. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de estudos Filosofia e Direito (UFRGS/CNPq). Professor de Cursos Preparatórios para Concurso. Advogado.

**Felipe Leal Markusons**

Procurador do Município de Novo Hamburgo/RS. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Especialista em Direito Constitucional. Advogado.

**Fernanda Gonsalves**

Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Procuradora do Município do Rio de Janeiro com atuação em Serviços Públicos. Mestranda em Direito (LL.M.) pela Universidade de Berkeley, Califórnia, com especialização em Regulamentação de Inteligência Artificial.

**Janaina Leite Tavares**

Procuradora Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE. Atuação no Setor Contencioso Administrativo. Membro da Comissão de Advocacia Pública da OAB/PE. Especializada em Direito Processual Civil pela Universidade Potiguar. Especialista em Direito Público pelo EBRADI. Mestranda em Direito, Processo e Cidadania Digital pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: [tavaresjladv@gmail.com](mailto:tavaresjladv@gmail.com).

**Lívia Meira Toscano Pereira**

Procuradora do Município de João Pessoa, membro do Núcleo de Modernização, Inovação e Tecnologia da Procuradoria de João Pessoa. Especialista em Direito Processual pelo Instituto Luiz Flávio Gomes – LFG. Mestranda em Direito, Processo e Cidadania Digital pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

**Marcus Vinicius Lopes Pereira**

Mestre em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Direito Público, Direito Processual Civil e Direito Tributário. Membro do Grupo de pesquisa Constituição, Política e Instituições Judiciais. Procurador do Município de Lauro de Freitas-BA. Advogado.

**Patrícia Ferreira Pomoceno**

Mestranda em Direito na UP. Especialista em Direito Tributário pela UNISUL e em Direito Processual Civil pela UNIASSELVI. Procuradora do Município de Curitiba. Graduada em Direito pela UEPG. Procuradoria do Município de Curitiba. Procuradora Assessora do Procurador Fiscal do Município de Curitiba. Membro representante da Procuradoria Fiscal na Comissão de Consultas Tributárias do Município de Curitiba. Presidente do Comitê de Inovação da Procuradoria-Geral do Município de Curitiba. E-mail: [patricia@pomoceno.com.br](mailto:patricia@pomoceno.com.br).

**Rafael Elias Zanetti**

Mestre em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana pela Faculdade CERS. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela FESP/PR e Graduado em Direito pela Universidade do Contestado. Ex-Assessor Parlamentar na Câmara Municipal de Araucária e ex-advogado de carreira da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. Atualmente é Procurador do Município de Morretes/PR.

**Robson Soares de Souza**

Procurador do Município de São Lourenço/MG. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM. Presidente da Comissão de Direito Público da 19ª Subseção da OAB/MG, gestão 2022/2024 e 2025/2027. Professor em cursos preparatórios e de capacitação de servidores públicos. Presidente da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do município de São Lourenço/MG.

**Thiago Klug Arjona**

Procurador do Município de Novo Hamburgo/RS. Graduado em Direito pela Universidade Feevale. Especialista em Direito Público e em Direito Civil. Advogado.

**Vanessa Volpi Bellegard Palacios**

Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1995. Especialista em Direito Processual Civil e em Direito Público pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ) e em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Procuradora-Geral do Município de Curitiba desde 2017. Mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia pela UNIBRASIL-PR.

---

**COORDENADORES**

---

**Anne Karole Silva Fontenelle de Britto** – Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM). Procuradora do Município de São Luís/MA. Conselheira Estadual da OAB/MA. Ex-presidente da APMSL – Associação dos Procuradores do Município de São Luís e Vice-presidente da ANPM (biênios 2018/2021 e 2023/2025).

**Bruno Sampaio Ferreira da Silva** – Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pós-Graduado em Direito Público pela Faculdade Anhanguera. Procurador do Município do Recife. Diretor de Eventos Científicos da ANPM. Ex-presidente da Associação dos Procuradores do Município do Recife – APMR.

**Eduardo de Souza Floriano** – Procurador Municipal, atualmente exercendo o cargo de Controlador-Geral do Município de Juiz de Fora. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Newton Paiva e em Direito do Consumidor pela UFJF.

**Maíra Neurauter** – Procuradora do Município de Campinas. Graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Pós-graduada em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense.